

EXTERNATOS

CRISFAL

Av. República, 83-S1 Tel. 779047-769620

Diario de Noticias

Redacção: Rua da Liberdade 286 - Lisboa

Director: José Roberto dos Santos

Telefone: 551 111/551 112



O POVO PORTUGUÊS TEM O DIREITO DE EXIGIR QUE SEJA MANTIDA INTACTA A SUA LIBERDADE DE OPÇÃO POLÍTICA

«HÁ QUE RECONHECER, SEM MARGEM DE DÚVIDA, QUE AS SOCIEDADES POLÍTICAS MODERNAS TÊM EVOLUÍDO NUM SENTIDO DE RAIZ SOCIALISTA; MAS O SOCIALISMO NÃO PODE ENTENDER-SE COMO CONSTRUÍDO A CUSTA DA LIBERDADE E DA DIGNIDADE HUMANAS» — afirmou o Presidente da República na sua mensagem, ontem, ao País

Sol a sol

BALANÇO

NA DATA da confirmação formal e solene da independência da Guiné e Moçambique é oportuno de acontecimentos cuja evolução não parece estar descolada mas cujo gravidade permanece à vista, o discurso ontem proferido pelo Presidente Spínola diante das câmaras da televisão tem uma incidência especialmente voltada para os problemas de política interna. Claro que os problemas da descolonização não foram ignorados, mas ainda nestes o que mais avulta é a sua relação com o quadro político do País.

UM TÓPICO dos mais insistentes no discurso é o Partido Único: «Ézemos uma revolução para acabar com cinquenta anos de regime de partido único. Temos, pois, a plena consciência de que tal regime representa na opressão de um povo. Não se compreendem, por absurdo, regimes de partido único numa estrutura democrática. Temos de excluir tais regimes da arquitectura política portuguesa e não podemos ser concretamente admitidos no nosso processo de descolonização. A mesma verdade serve tanto para cá como para os territórios descolonizados.

ESSENCIAL das características que o general apresenta como surto e do regime que ele próprio personaliza: a liberdade de opção política e consequente estrutura representativa; sociedades que permitam a implementação de sistemas anticolonialistas; liberdade da democracia pluralitária. Porque, como especificou, o Presidente da República tem plena consciência de que é e do que não é democracia (...). «É como tal não consentirá que, em nome da liberdade e da democracia, o povo português volte a ser escravizado, pois de outro modo, não cumpríamos o Programa do M. F. A.

OUTRA FRASE que é outra síntese: «Queríamos um país doente. Passada a euforia dos primeiros dias de libertação, temos de constatar que continuamos a atravessar uma grave crise que nos torna vulneráveis a aventuras extremistas». Reconhecendo que as sociedades modernas têm evoluído num sentido de raiz socialista, sublinha, porém, que «o socialismo não pode entender-se como construído à custa da liberdade e da dignidade humanas. Socorrendo-se dos exemplos que o mundo nos oferece, Spínola fixou-se na fórmula do socialismo em liberdade e com pluralidade de opiniões.

CONCLUSÃO? «A maioria silenciosa do povo português terá de despertar e de se defender activamente dos totalitarismos extremistas que se alijam na sombra». Fontes de referência: «manipulação de massas, «célula anárquica de revindicação incontrolada», e «caos económico e social que só a sectores minoritários poderá aproveitar». Programa: a defesa da liberdade, principalmente em relação ao que chama a reacção de uma extrema-direita ou o oportunismo de uma extrema-esquerda. Por último anuncia que o Presidente da República continuará a ser o intransigente defensor da democracia e da verdadeira descolonização.

Do seu gabinete de trabalho no Palácio do Belém, o Presidente António de Spínola dirigiu ontem ao País a sua mensagem de importância e importância transmitida em directo, e mais tarde retransmitida, pela Rádio Televisão e pelas estações emissoras de «difusão». Foi do seguinte teor a comunicação do Chefe do Estado:

Na sequência da minha comunicação ao País, le 27 de Julho passado, foi hoje reconhecida por Portugal a independência política do novo Estado Guiné-Bissau.

Vivemos, pois, uma hora de alto significado: a do cumprimento de uma responsabilidade histórica e acima de tudo, eminentemente humana, celebrando, na emancipação de um País, o nascimento de uma Nação em que Portugal se inclui.

Neste momento, em que o mundo se enriquece com o convívio de um novo País de expressão lus, recebo com emoção todos os portugueses, e tantos foram, que ao longo de cinco séculos durin com o seu sangue, o seu amor, a sua es-

perança, algo de si próprios doaram e terras da Guiné. Mas nesta hora voltada ao futuro, o meu pensamento vai para os Guinéus, cujos anseios bem se chegam a cujo ideal de participação efectiva na vida política, económica e social da nação multirracial que ambicionamos, se radica, profundamente, numa expressão democrática do universalismo africano de um Léopold Sédar Senghor chamado negritude.

O acto hoje firmado traduz, assim, a materialização de um ideal consubstanciado na fórmula «A Guiné para os Guinéus», que o País sabe ter sido inspiradora da acção política do meu governo naquela território, mesmo a que o povo da Guiné aderiu com entusiasmo dada a autenticidade e o firme propósito de ali se construir, pela via democrática, uma nova sociedade africana verdadeiramente livre e justa — única forma de conduzir com seriedade um processo de descolonização. E que sempre defendi inequivocamente que o acesso dos povos ultramarinos à verdadeira independência não consiste a sua entrega a

formas antidemocráticas de governação. Impedidos, por isso, a tal respeito, alguma consideração.

Vivemos, em Portugal, uma revolução para acabar com cinquenta anos de regime de partido único; temos, pois, a plena consciência de que tal regime representa na opressão de um povo. Não se compreendem, por absurdo, regimes de partido único numa estrutura democrática. Temos de excluir tais regimes da arquitectura política portuguesa e não podemos ser concretamente admitidos no nosso processo de descolonização. Por isso, ao transmitir a soberania do novo Estado para o P.A.I.G.C., fizemo-lo na consciência de que aquele Partido saberá honrar as responsabilidades assumidas ao ser-lhe conferido o reconhecimento da representatividade do Povo Guinéu. Confortam-nos, neste aspecto, as afirmações dos responsáveis do novo Estado Guinéu, que sustentaram a luta árdua contra o anterior regime português. E é exactamente no âmbito conceptualização da qual processo que tem de centrar-se a nossa atenção, para que esta hora seja efectivamente

deixamente representativa, e construído, de facto, uma Guiné anticolonialista, democrática e progressiva, em clima de perfeita liberdade e justiça social. Porque se assim não for, resultaria não só truídas as esperanças dos Guinéus como ainda frustradas as ideais que presidem à descolonização a que nos temos obrigados.

Entre assim no contexto das nações um novo Estado, de língua portuguesa. Enchevamos de orgulho este renascer de um Povo africano, o qual representa o início de um frutuoso convívio de Portugal no Mundo do século XX e o prelúdio esperançoso de uma comunidade de nações de língua portuguesa em que se consubstancie o mais amplo espírito de portugalidade.

Mas o processo de descolonização não consiste, como alguns levianamente pensam, em transferir para a simplicidade o Poder para as organizações partidárias que sustentaram a luta árdua contra o anterior regime português. E é exactamente no âmbito conceptualização da qual processo que tem de centrar-se a nossa atenção, para que esta hora seja efectivamente

(Continua na 5.ª página)



Optimismo na partida, ontem, à noite, para Moçambique do alto-comissário, contra-almirante Vítor Crespo (à esquerda), que tem a seu lado três oficiais fundamentais do aparelho do Estado e do M. F. A.: general Costa Gomes, chefe do Estado-Maior; General das Forças Armadas, coronel Vasco Gonçalves, primeiro-ministro, e brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, do Copan e comandante da Região Militar de Lisboa

O ALTO-COMISSÁRIO PORTUGUÊS A CAMINHO DE MOÇAMBIQUE

O contra-almirante Vítor Crespo empesado, ontem de manhã, pelo Chefe do Estado, no cargo de alto-comissário de Moçambique, partiu, à noite, de avião, para Lourenço Marques, afirmando que a situação ali

é injustificável, porquanto estão assegurados o direito das pessoas e de sua vida.

De manhã, na estadia de posse, em resposta ao general Spínola, que o havia iniciado ao cumprimento da missão de conduzir o processo de descolonização de Moçambique com paz, em ordem, com dignidade, com patriotismo, no respeito pelo nosso passado, o

(Continua na 9.ª página)

OS ACONTECIMENTOS EM LOURENÇO MARQUES

O EXÉRCITO CONTROLA A SITUAÇÃO NA CIDADE

OS EXTREMISTAS REACCIONÁRIOS QUE OCUPARAM O R. C. M. RENDERAM-SE, MAS REGISTRAM-SE DIVERSAS CONFRONTAÇÕES

LOURENÇO MARQUES, 10. — A revolta reaccionária dos brancos de Lourenço Marques morreu no sábado de madrugada. Com efeito, os rebeldes decidiram render-se e entregar as instalações do Rádio Clube de Moçambique que haviam ocupado no sábado (chamavam-se Rádio Moçambique Livre) as forças da Polícia. A situação, no entanto, mantém-se tensa. Enquanto a Polícia lança um apelo à calma, o Exército, por seu turno, recebe ordens para to-

mar posição nos pontos estratégicos da cidade. A tarde, registaram-se cenas de violência, logo que a notícia da rendição, às autoridades portuguesas, foi conhecida. Ouviram-se explosões de granada e tiros efectuados principalmente nas proximidades, na altura negra da cidade. O Rádio Clube, de novo controlado pelas autoridades, lançou apelo à população, para que se mantivesse calma e voltasse a suas casas. Houvo conhecimento do pânico numa zona, entre o centro e o aeroporto, que se mantinha encerrado e fortemente guardado pelos militares.

O Exército português, por seu turno, ordenou a todas as unidades que ocupassem os pontos estratégicos da cidade, por causa das massas populares que se dirigiam para o centro. Entretanto, sabia-se em Lourenço Marques, que o general Spínola ordenara as tropas portuguesas para voltar com a maior firmeza.

A multidão, apinhada diante do edifício, tinha recebido com gritos, o anúncio de rendição. A uma primeira tentativa das forças de segurança para entrar em força, no edifício, a rua ficou vedada com velutas e a porta principal tapada com raparigas que estandiam

(Continua na 8.ª página)



RUBEM BRAGA COLABORA NO «DN»

Uma crónica sobre a situação em Lourenço Marques (8.ª pág.)

UM EXÉRCITO COM DEZENAS DE MILHARES DE AGENTES GRANDES EMPRESAS PRIVADAS TINHAM CONTRATOS COM A P.I.D.E. PARA DOMINAR O PESSOAL

SERVIÇOS POLICIAIS PRÓPRIOS EM MINISTÉRIOS E ORGANISMOS OFICIAIS



O Presidente da República assinando, em Belém, a declaração de reconhecimento da Guiné-Bissau

RECONHECIDA POR PORTUGAL A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

O ACTO FORMAL DECORREU EM BELÉM COM A PRESENÇA DOS DELEGADOS DO P. A. I. G. C.

«Em nome da República Portuguesa, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 1-74, de 27 de Julho de 1974, e depois de acordado o Protocolo assinado

em Argel em 26 de Agosto de 1974, ouvidos a Junta do Salvo Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, declara-se que Portugal reconhece solenemente a independência da República da Guiné-Bissau.

Estes os termos da declaração sobre o reconhecimento oficial da referida independência: que ontem, ao fim da manhã, no Palácio do Belém, foi lida perante o Chefe do Estado e os membros da delegação do P.A.I.G.C. que propostadamente se deslocou a Lisboa, encontrando-se ainda presentes o primeiro-ministro e chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, elementos do Conselho de Estado, vários ministros, entre os quais os dos Negócios Estrangeiros e da Coordenação Intergovernamental e outras entidades civis e militares.

Procedeu à leitura da declaração o dr. Nunes Barata, do Protocolo da Presidência da República, e logo a seguir o general António de Spínola firmou o histórico documento, tendo sido entregue ao chefe da delegação do P.A.I.G.C., major Pedro Pires, uma cópia também assinada pelo Presidente, que no momento o cumprimentou e lhe formulou os melhores votos, bem como aos seus delegados. A convite do Chefe do Estado os três componentes da delegação

(Continua na 5.ª página)

MANIFESTO POLITICO DOS SOCIALISTAS ESPANHÓIS

APRESENTADO NUMA CONFERÊNCIA DE IMPRENSA CLANDESTINA EM MADRID

(Na 10.ª página)

«NACIONAL» DE FUTEBOL

BENFICA: 4-0 AD BELENENSES

DECISÃO ESPERADA

DI STEFANO DISPENSADO PELO SPORTING

(Em «Notícias Desportivas»)

EM TODAS AS FRENTE

Um artigo de JOÃO CID DOS SANTOS:

«CRISE NA FACULDADE DE MEDICINA DE LISBOA»

PERFIL:

«SALVADOR ALLENDE, EXEMPLO VIVO—UM ANO DEPOIS»

por Carlos Torres

«OPERAÇÃO MDE/S»

por Aureliano da Silva

E AINDA

«A Opinião dos Outros» e «Cartas à Redacção»

(Na 7.ª página)